



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS  
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES

ATA CIAMOPOP/ES

DATA: 28.06.2022	INÍCIO: 14h	TÉRMINO: 16h05
LOCAL:	<a href="https://us02web.zoom.us/j/88914407068?pwd=bYwl4DS11GUHYFKJMh697wR7KoG05A.1">https://us02web.zoom.us/j/88914407068?pwd=bYwl4DS11GUHYFKJMh697wR7KoG05A.1</a>	
ASSUNTO:	<b>7ª Plenária CIAMOPOP/ES</b>	
<b>ParticipantES</b>		
01-Eliando Reis – SEDH		
02-Ipojucan José Oliveira – SESA		
03-Lucileia Rosa Eller – COSEMS – ES		
04-Flávia Rocha Cazzotto – MPES		
05-Ramon Ribeiro – SETADES		
06-Letícia Goldner Valim – COGEMAES		
07-Sandra Mara Pereira – IJSN		
08-Andrea Monteiro Dalton – UFES		
09-Fernanda Nunes de Freitas – SEDURB		
10- Tiago Luiz Binco Pires Dias – DPES		
11-Teófilo Roberto de Souza - MTSR		
12-Rita de Cássia Dias Correa Littig – SESA		
13-Andreia Lima de Cristo - MPES		
<b>Síntese</b>		
<p>ATA DA 7ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CIAMOPOP/ES), instituído nos termos da Portaria nº 104-S, de 17 de novembro de 2021. Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às 14h, reuniram-se, na modalidade on-line, através do aplicativo Zoom, em: <a href="https://us02web.zoom.us/j/88914407068?pwd=bYwl4DS11GUHYFKJMh697wR7KoG05A.1">https://us02web.zoom.us/j/88914407068?pwd=bYwl4DS11GUHYFKJMh697wR7KoG05A.1</a>, as representações dos órgãos e instituições que compõe este Ciamopop/ES além de convidadas (os). Desejando boas vindas a todas e todos, após ter o pedido de gravação da plenária prontamente autorizado, Eliando iniciou a reunião agradecendo a participação das instituições e órgãos representados, fazendo leitura dos seguintes pontos de pauta: <b>01</b> - Informes Gerais; <b>02</b> - Representações Ciamopop/ES; <b>03</b> - Avanços e desafios na implementação da Política Municipal para a População em Situação de Rua em Marataízes; e <b>04</b> - Atividade alusiva ao Dia Nacional de Luto e Luta da População em Situação de Rua (19/08). A seguir, Jeane Ferraz (UFES), comenta que desde ano passado, quando foi solicitada à Universidade a indicação de representante, o Reitor enviou ao nosso Departamento de Serviço Social, e nos pediu que representasse a UFES, na época eu e a Professora Andreia nos disponibilizamos a estar aqui representando a Universidade neste Ciamopop-ES. Embora não é uma área diretamente que a gente atue, porém considerando que é uma área importante nós aceitamos essa representação, só que agora, com a questão bastante concreta que a Professora Andreia estará de licença por, pelo menos, um ano e meio, e como sou suplente a reunião lembro que toda terça-feira estou desenvolvendo atividades exatamente na parte da tarde, ou seja, estamos com dificuldades mesmo para continuar representando a UFES neste Comitê. Dito isso, há mais ou menos uma semana atrás, colocamos essa particularidade na reunião da Câmara Departamental e, na ocasião, a chefia do Departamento ficou de verificar novas representações. Nós, inclusive, tentamos fazer contato com o Prof. Igor Robaina, do Departamento de Geografia, porém, em conversa com Eliando, soubemos que ele esta na Espanha. Enfim, faremos o possível pra que novas representações sejam indicadas ao Ciamopop-ES, porém, até lá, podemos ver se a Prof.ª Andreia poderá participar da próxima plenária, que, nesta reunião, teve compromissos, razão pela qual não pode participar. “A gente fica realmente triste, porque sabemos da importância deste Comitê, dos debates desafiadores e, inclusive, nos colocamos</p>		



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**  
**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM**  
**SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES**

a disposição pra contribuições futura”, conclui. Eliando agradece a contribuição e participação das Professoras Andreia e Jeane, especialmente na construção do Regimento Interno do Comitê. Na sequência, passamos a escuta dos Gestores do município de Marataízes, comentando rapidamente a formação realizada por Ramon Ribeiro, ref. técnica da SETADES, ocorrida no início do corrente ano. A seguir, o Sr. Elimar, gestor do município, fala do Seminário que farão no dia 17 de agosto, e aproveitou a oportunidade para estender o convite aos membros do Comitê, dizendo que será uma excelente oportunidade pra trabalhar na implementação de estratégias visando o atendimento à pessoa em situação de rua no município. Sthefany Gomes - Assistente Social – fala dos desafios na implementação da política no município de Marataízes, questões relacionadas a compreensão da comunidade em geral, e por isso a iniciativa deste diálogo para debater esse tema, embora acredita não se muito diferente daqueles de outros municípios, especialmente compreendendo a sobrecarga às equipes da assistência além da dificuldade das demais políticas públicas pensando na intersectorialidade. Finaliza dizendo que se propõe a ouvir a experiência do estado, especialmente do Comitê, especialmente a partir da criação da política estadual à pessoa em situação de rua e, rapidamente, fala dos investimentos que serão implementados em Presidente Kenedy e Marataízes, tornando Marataízes um município dormitório. Teófilo Roberto (MTSR), pergunta se o município de Marataízes dispõe de Centro Pop; Serviço de Abordagem Social e CAPS? “São coisas que nós, do Movimento, precisamos saber inclusive pra ajudar na construção de estratégias de atendimento digno à pessoa em situação de rua”. Rita Littig (SESA) comenta dos números de psr informados pelos técnicos da rede, ou seja, 147 pessoas em situação de rua que foram cadastradas, e que, na prática, o município deve ter entre 60 e 80 pessoas em situação de rua na cidade. Essa informação é importante, pois é importante destacar que Marataízes não possui Consultório na Rua, lembrando que o Ministério da Saúde dispõe de Cofinanciamento a partir de 80 pessoas nessa condição, e que embora os números de psr registrados no território sejam menores, não podemos negar que a pandemia da Covid-19 contribuiu diretamente no crescimento das pessoas em situação de rua. Rosangela Nascimento (MNPR) comenta da necessidade do diálogo entre as secretarias e, especialmente, com a sociedade civil. “Geralmente vemos os municípios fazendo as coisas por conta própria, muitas vezes de cima pra baixo, muitas das vezes escondem as questões de população em situação de rua, temos alguns municípios que dizem que não tem pessoas em situação de rua, mas tem sim e chamar a gente para esse espaço, de convidar as secretarias e os profissionais que atuam na ponta é muito importante” pontua. Não raras as vezes, vemos os secretários colocando os técnicos lá na frente pra resolver tudo e não aparece e quer que as coisas aconteçam. Um desafio que a gente tem é de ter uma política na intersectorialidade, pois a grande maioria é feita apenas pela. “A gente tem esse desafio não só dos debates, mas de sensibilizar os gestores que a população em situação de rua são pessoas de direitos, portanto, devem acessar todas as políticas públicas, como: saúde, educação, emprego de renda, dentre outras”, completa. Outra questão bem bacana do município de trazer esse seminário é debate bem amplo com a secretaria, além de outros autores e a própria população em situação de rua. A demanda pode ser da Assistência, mas não apenas. Ramon Ribeiro (SESTADES) comenta que esteve no município em janeiro, com a equipe do CREAS e disse que ficou muito feliz em vê o interesse dos técnicos na execução da política, implementação dos serviços de maneira eficiente, e pergunta se existe um diagnóstico no território, pois esse diagnóstico é extremamente importante, já que são esses dados que justificariam a implementação de alguns serviços, já que são que vão indicar a necessidade ou não da ofertas de alguns serviços, e emenda: “será que a gente se baseia no porte do município ou leva em consideração a demanda?”. Se a gente for olhar para o porte, a gente vai entender que não justifica, por exemplo, a criação de um Centro Pop ou o serviço de Acolhimento conforme dispõe Caderno de Orientações Técnicas. No Caderno - na página 40, no último parágrafo - vai dizer que: nos municípios em que a demanda não justifica a implementação do Centro Pop o CREAS deverá fazer o atendimento desse público, todavia, o CREAS não substitui o trabalho do Centro Pop. “Assim, quando a gente fala de pequeno porte estamos falando, na verdade, de município que não possuem equipamentos estratégicos no atendimento à pessoa em situação de rua, já que não possui o Centro Pop, por exemplo. Ou seja, um Centro de Referência específico para atender essa população, ou seja, não dispõe da oferta de serviços que importantes na garantia do direito humano, do direito à alimentação, da higiene pessoal, , neste caso, o CREAS acaba prestando um serviço de uma forma quase substitutiva



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS**  
**COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM**  
**SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPOP/ES**

ao Centro Pop, porém sem equipe específica de abordagem social, não tenho um serviço de acolhimento e a gente fala muito sobre o Decreto nº 7.053, que instituiu a política nacional e a gente foca muito no parágrafo único que define o perfil da população em situação de rua, que é aquela que faz seu local de moradia e seu meio de sobrevivência”, conclui. Respondendo ao Teófilo, Sthefany comenta que Marataízes não dispõe de um Centro Pop, que o CREAS desenvolve o trabalho com a população em situação de rua, que não há equipes de abordagem social, que está dialogando com a SETADES para fins de implantação de serviços. Também não dispõe de CAPS, e que os atendimentos são realizados no ambulatório assim como a Saúde Mental. “Em relação ao consultório na rua, ficamos felizes com a informação trazida pela Rita. A questão trazida por Rosângela, ou seja, relacionadas a tratamento higienista, em 2021, o CREAS realizou três encontros com a sociedade civil a fim de sensibilizá-las da necessidade de encaminhamentos adequados além de um olhar humanizado”, disse. Respondendo ao Ramon, Sthefany comenta que o seminário também deverá provocar isso, agradece as indicações, dizendo que recentemente respondeu ao MP justificando a falta do Centro Pop. A seguir, Eliando fala que o município da Serra tem uma rede muito bem consolidada, ainda que disponha de uma política específica à pessoa em situação de rua, e, neste sentido, o Marataízes poderia, desde agora, instituir o seu Comitê Intersetorial. Ainda que a cidade não disponha de um contingente de pessoas nessas condições que justifique a ampliação ou implementação de novos equipamentos, como o serviço especializado de Abordagem Social ou do Centro Pop, outras estratégias podem e devem ser representado. A seguir, agradecendo a participação e contribuição dos/as gestores/as de Marataízes, Andreia (MP) falou rapidamente da necessidade da retomada do GT Metropolitano, bem como da revisão do Protocolo de Atendimento à Pessoa em Situação, assim como da Cartilha Cidadã, que dispõe dos Serviços Públicos destinados à pessoa em situação de rua e também da possibilidade da inclusão de outros municípios, já que tanto o protocolo quanto a cartilha dizem respeito a Região Metropolitana da Grande Vitória, embora a citações dos municípios de pequeno e médio porte, comenta. Flávia, também do Ministério Público, comenta que não sabia que Protocolo havia vencido, diz que quando começou a trabalhar com a População em Situação de Rua em 2015, foram eleitas duas grandes metas: Política Estadual para a População em Situação de Rua, sancionada em 2021; e a construção de um fluxo de serviço para atendimento à pessoa em situação de rua. “A princípio, a gente começou a conversar apenas com a região metropolitana, considerando demanda e onde os serviços precisavam de maior e melhor estrutura de acolhimento e atendimento, porém, com o tempo, fomos demandados por outros municípios do interior, como: Domingos Martins, Marechal Floriano e João Neiva, que começaram a nos procurar para discutir sobre questões relacionadas à pessoa em situação de rua, que embora de pequeno porte precisava estruturar minimamente os serviços para acolhimento e atendimento a essa população. Isto posto, foi feito um subgrupo no MP, com representação de todas as secretarias da Assistência Social da Região Metropolitana dos sete municípios da região, que ficou vinculado na SETADES, cuja coordenação era da Sra. Tereza Ferreira para a construção do fluxo de recebimento, acolhimento e encaminhamento às demandas dessa população. Fizemos uma série de visitas nos equipamentos, começando por Vitória, depois aos municípios da Serra, Vila Velha e Cariacica”, comenta. Flavio também falou da aposentadoria da Dra. Célia, e que está circulando pelos serviços de atendimento à pessoa em situação de rua com a Dra. Karla Dias Sandoval, nova dirigente do Ministério Público. Ramon (SETADES) comenta que a época da elaboração do Protocolo estava na construção, reitera que o GT estava sob a coordenação da Tereza, que quando assumiu como ref. técnica ficou com essa responsabilidade, e diz que são duas coisas diferentes, uma é o Protocolo Metropolitano que versa sobre o fluxo de atendimento e encaminhamento a população em situação de rua, e que ele não venceu; e o pacto de metas de metas, e este sim precisa ser revisto. Ou seja, são dois documentos diferentes. “O protocolo dispõe do fluxo de atendimento e esta em vigor, ocorre que os municípios não estão cumprindo, por isso os questionamentos de alguns municípios. O outro documento é o Pacto de Metas, que prevê 29 metas a serem cumpridas pelos municípios e pelo estado que pressupõe o: fortalecimento das equipes; implementação de novos serviços, como: SEAS e Centro Pop, e o monitoramento seria feito por GT’s de gestores/as de cada município”, comenta. Em relação ao GT CONDUZIDO PELA Tereza, vamos retomar a partir de julho, primeira quinzena, priorizando os serviços do SEAS; Acolhimento e Centro Pop. Será composto por técnicos/as, vamos avaliar o



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS  
COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA A POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA – CIAMOPop/ES

protocolo, ver aquilo que possível alterar, se possível, na semana alusiva ao 19 de agosto, Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua. Com relação ao pacto de metas, vamos ver como fazer isso, importante a participação do Ministério Público pro fortalecimento pra que os municípios cumpra as metas. Vamos trabalhar pra que o protocolo possa ir além da assistência, ou seja, com a saúde, educação, segurança, finaliza. Na sequência Flávia comenta que o MP estará a disposição, que tem condições de instaurar procedimentos eletrônicos para todos/as promotores/as de justiça de todos os municípios, e acompanhar isso eletronicamente, até porque estamos 100% digital, avanços nesta questão no período da pandemia da Covid-19. Por fim, Teófilo pede pra expor fatos que vem ocorrendo no CAP'S Mestre Álvaro, na Serra. Disse que ainda em 2017, o equipamento já não atendia a demanda, que as violações eram recorrentes, considerando a falta de estrutura do equipamento, após o incidente disseram que lavarão os serviços pra outro local que não atende, e que o MP/ Estado, através dos Direitos Humanos e SETADES fiscalizem. Pediu a gravação desta reunião, que somará as demais informações que já dispõe, via movimento social, para representar o município da Serra junto ao Ministério Público. Não é possível que usuários e os/as técnicos sejam submetidos a isso, concluindo sua intervenção com um pedido de socorro. Andreia (MP) comenta que a questão trazida é uma demanda do Centro de Apoio da Saúde, e sugere que seja formalizado denúncia (podendo ser anônima) através dos canais da Ouvidoria Geral do MPES, podendo ser: telefone 127, aplicativo MPES Cidadão ou diretamente pelo site da Ouvidoria na página [www.mpes.mp.br](http://www.mpes.mp.br). Por fim, Eliando comenta que poderia levar a questão trazida por Teófilo junto aos conselhos municipais de direitos humanos e de saúde da Serra, além do conselho local de saúde do CAP's AD. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada as dezesseis, e foi lavrada por mim, Eliando Reis, servidor da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) membro deste Ciamopop/ES.

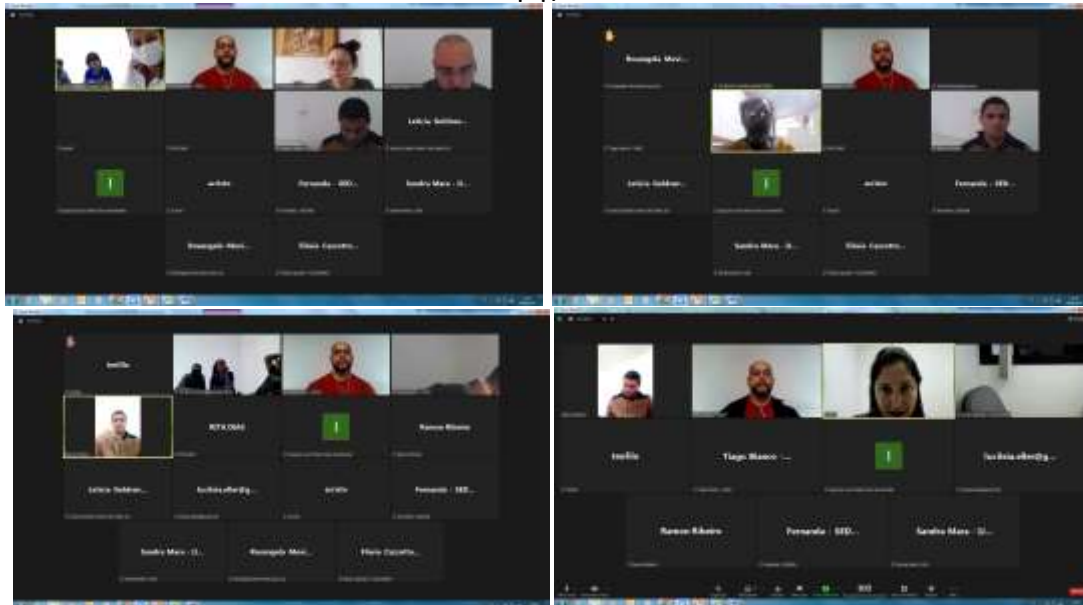
**Encaminhamentos:**

1: Retomada do GT/ Metropolitano; 2: Entrega do Protocolo e Cartilha revisados; 3: Atividades alusiva ao 19 de Agosto, princípio com propostas: Marataízes; Guarapari e Vila Velha, em andamento na Serra, em parceria com o CRJ.

**Responsável pela Síntese:** Eliando Reis

**DATA:** 28.06.2022

Reunião Ciamopop/ES – 28.06.2022



(Prints: Eliando Reis)